



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 37ª
(TRIGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 6 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Tendo em vista que estão em plenário os Deputados Wasny de Roure, Joe Valle, Lira, Luzia de Paula e Chico Vigilante, suspenderei a sessão por dez minutos até que se complete o *quorum* para debates.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h54min, a sessão é reaberta às 17h03min.)

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Há número regimental.

Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho importante esta sessão, porque o nosso Corregedor está aqui também. Acho importante que a Procuradoria da Casa se posicione. A verdade, Deputado Dr. Michel, é que tem um elemento que se intitula jornalista, chamado Mino Pedrosa. Eu falei aqui desta tribuna, ontem, que ele havia sido condenado e que, em função de ele não ter cumprido a condenação inicial determinada pela Justiça, o juiz mandou recolher Mino Pedrosa ontem. Na verdade, eu tenho aqui uma lista com 42 processos que tramitam contra esse sujeito – Mino Pedrosa –, inclusive uma ação judicial movida por mim. Há ação do Deputado Wasny de Roure, do ex-Governador Agnelo Queiroz – ele já foi condenado em uma das ações que Agnelo moveu –, do Sr. Rafael Barbosa. Das quarenta e duas ações, ele foi condenado em cinco, mas ele se esconde para não pagar. Usando a rádio *OK*, de propriedade do Sr. Luiz Estevão, na segunda-feira ele atacou de maneira covarde esta Câmara Legislativa. Estou aqui com um áudio em que ele disse que aqui tem um bando de gatunos. Chamou todos os Deputados daqui de gatunos. E eu pergunto: a Câmara não vai fazer nada? Eu estou fazendo a minha parte. Como é que o elemento usa uma concessão pública, que é uma rádio, para atacar o Legislativo, chamando os Deputados de gatunos, e a Casa não reage? Como diz o Deputado Dr. Michel, se não reage, é um bando de gatunos. Portanto, a Casa precisa reagir. Eu estou reagindo. Vou mover mais um processo por calúnia e difamação. Ele afirmou na rádio, hoje, que eu espanquei uma mulher. Mentiroso e covarde. Esta cidade inteira me conhece, sabe que eu seria incapaz de fazer isso. Todo mundo me conhece em Brasília. Não tem um ser que tenha sido mais investigado do que eu, e isso desde o tempo do SNI. Tenho uma vida limpa, honrada, digna. Agora, um elemento contra o qual há 42 processos tramitando, que já foi condenado em cinco ações, chama os Deputados de gatunos e a Casa não vai reagir? Se não reagirem, são gatunos mesmo. Portanto, é preciso reagir, reagir à altura. Depois que acabou a lei de imprensa, ficou muito fácil xingar Deputados, porque você pede indenização, o cara é condenado e nada acontece. Em uma ação ele foi condenado a pagar 50 mil reais e desaparece, Deputado Joe Valle. Nunca paga e não acontece nada. Então, ficou fácil. Usa uma concessão pública, ataca Parlamentares e não acontece nada. Portanto, quero dizer ao Seu Mino Pedrosa que sou um nordestino, vindo do interior do Maranhão. Não tenho medo de ninguém, muito menos de um elemento covarde como ele. Está aqui. Ele chamou o Deputado Cristiano Araújo de gatuno. Citou o nome. Citou outros e disse que a Câmara é um bando de gatunos. Eu pergunto: a Câmara não vai reagir? Vai aceitar? Vai achar que isso aqui é a Casa da gatunagem? Comigo, Mino Pedrosa, é mais embaixo, mais processo. Só vou descansar no dia que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

eu o colocar na cadeia porque você é um criminoso; não é jornalista, é um criminoso que usa uma rádio pública para atacar de maneira covarde as pessoas. Comigo o buraco é mais embaixo. Eu não aceito, não vou me calar nunca diante de covardes como esse.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui presentes, boa tarde. Venho à tribuna para ressaltar a luta contra o racismo e a necessidade de se manter essa luta. Nós vimos agora esse último caso com a jornalista Cristiane Damasceno, que, além de jornalista, também já atuou como modelo. Ela publicou uma foto nas redes sociais e sofreu violentos ataques de pessoas que usam as redes para expor tudo o que têm de mais podre, de mais sujo dentro de si. Elas usam as redes para expor isso. O racismo é um sentimento que precisa ser combatido. E o primeiro passo para combater o racismo é reconhecer que este país ainda é racista e que ainda existem pessoas racistas. Depois que houver esse reconhecimento, Sr. Presidente, o racismo será combatido com racionalidade, porque nós não somos animais. Eu, como professor de história, sei que as causas do racismo são alheias à vontade da população. Muitos racistas são racistas porque vêm de famílias racistas, porque viveram o sistema educacional racista, porque, desde crianças, ouviram piadas racistas e porque consideram isso natural. E o racismo é muito expressado no seio familiar, onde há segurança da família para se expressarem formas familiares de pensamento. Portanto, racismo, infelizmente, nasce na família. Mas, como a nossa sociedade evoluiu, tornou-se mais civilizada, nós entendemos que essa prática, que esse sentimento, embora exista de fato, é nocivo para a sociedade. E nós tomamos uma decisão racional de atacar esse sentimento atacando os efeitos desse sentimento, que são essas falas agressivas, essas falas que geram mágoa, essas falas que são uma verdadeira violência contra a pessoa humana. O passo fundamental para combater o racismo, Deputado Joe Valle, é racionalmente não praticar o racismo, embora seja fato que o sentimento de racismo exista em grande parte da população brasileira. Quando a nossa legislação contra a injúria racial foi criada, foi para impedir que os efeitos desse sentimento, que nasce como uma erva daninha no coração dos brasileiros, fossem expressados pela nossa boca. Atitudes como essa das redes sociais contra essa jornalista demonstram que, às vezes, do coração, essa erva daninha sai pela boca e ofende, magoa como uma flecha venenosa e maltrata seres humanos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Então, eu quero aqui relembrar a necessidade de mantermos a política de combate ao racismo, de mantermos a política de promoção da igualdade social neste país, porque ainda não superamos esses desafios. Quero dizer que o racismo é um mal perigoso, porque ele vem disfarçado de piada sem graça, ele vem disfarçado de comentários inaceitáveis: "Você tem o cabelo ruim!" Ruim para quem, cara pálida? Eu tenho cabelo de negro! Ele não é nem ruim, ele não é bom. Ele é assim! Foi a natureza que o fez assim. Então, o combate ao racismo tem que ser racional, porque o sentimento existe. Não podemos negá-lo, mas a nossa sociedade diz que esse sentimento é inaceitável. Quem permitir que esse sentimento atravesse a garganta e saia pela boca tem que ser gravemente punido nos rigores da lei, porque isso é um gesto de civilização do nosso país.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do nobre Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de cumprimentar a Deputada Celina Leão pela reunião promovida na Presidência, quando S.Exa. recebeu a visita do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bessa, como também da Dra. Fabiana e do Dr. Suxberger. Eu cheguei bastante atrasado, mas foi uma reunião bastante concorrida, com a presença de quase todos os colegas Deputados, e bastante produtiva. É numa reunião dessas que aprendemos mais ouvindo do que falando. Quero registrar aqui a minha enorme satisfação de ter podido, pelo menos, pegar uma parte da reunião. A presença de Ministério Público nesta Casa sempre enriquece e nos qualifica bastante. Portanto, eu quero parabenizar a Sra. Presidente e todos aqueles que viabilizaram essa visita do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a esta Casa. Foi uma conversa descontraída e, ao mesmo tempo, relevante para esta Casa. Eu registro o meu agradecimento e o meu reconhecimento desse belíssimo encontro realizado no início da tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu também estive presente. Realmente foi uma reunião muito proveitosa. Parabenizo não só a Deputada Celina Leão como todos os Deputados, especialmente V.Exa., que teve uma participação muito boa durante a reunião.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes a esta sessão, primeiramente, eu gostaria de parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal pela brilhante ação que teve na prisão de um taxista acusado de ter estuprado uma passageira, ter utilizado drogas e ter executado atos ilícitos dentro de um táxi. Quero parabenizar porque a Polícia Civil já estava fazendo essa investigação há um bom tempo e conseguiu tirar esse meliante do meio da praça dos taxistas.

Eu quero ampliar o debate e falar um pouco sobre a segurança que os taxistas do Distrito Federal, muitas vezes, não têm conseguido sentir no seu dia a dia de trabalho. Recentemente, no início deste ano, Deputado Agaciel Maia, um taxista foi assassinado próximo ao ponto de apoio do aeroporto. E, até o momento, a Polícia Civil do Distrito Federal, que é a melhor polícia do Brasil, ainda está fazendo as investigações para pegar o assassino desse taxista.

Esses profissionais e os motoristas de ônibus estão vulneráveis à violência. Recentemente, eu estive com o Secretário de Segurança Pública, juntamente com a Presidente do Sindicato dos Permissionários de Táxis e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, e conversamos sobre a vulnerabilidade que esses profissionais têm no seu dia a dia. Muitas vezes, eles pegam para uma corrida pessoas que fazem sequestros-relâmpagos e, até mesmo, roubam o seu táxi para praticarem algum ato infracional e poderem ter liberdade.

Eu quero pedir ao Governo do Distrito Federal que retome – isso nós falamos na audiência com o Secretário de Segurança Pública – as paradas obrigatórias que eram feitas aqui no Distrito Federal aos taxistas. Existia, anteriormente, uma orientação para que tanto a Polícia Civil, como a Polícia Militar do Distrito Federal, em qualquer barreira ou blitz que estivessem fazendo, se vissem um taxista, mandassem-no encostar e perguntassem se estava tudo certo. Ali, obviamente em uma ação conjugada entre o taxista e o policial militar, com algumas orientações, o taxista informava que talvez existisse ali no seu carro um suspeito. Essa foi uma medida que, quando tomada, tempos atrás, reduziu e muito a criminalidade com esses profissionais, que ganham o seu pão dirigindo táxi no Distrito Federal.

A vida do taxista em Brasília já não é fácil. Em Brasília, o ponto é livre. Um dos principais pontos, um dos mais concorridos, é o ponto do aeroporto. Sabemos que essa situação financeira, além de estar assolando os grandes, médios e pequenos empresários, também está assolando os taxistas. Não podemos deixar que esse profissional fique vulnerável também à violência. Temos relatos, praticamente todas as semanas, de taxistas que são assaltados, de taxistas que muitas vezes perdem seus carros por assaltos, ou seja, por meliantes, bandidos que pegam esses carros para facilitar as suas ações infracionais.

Então, aqui, Sr. Presidente, quero pedir, quero conclamar ao Governo do Distrito Federal que oriente as forças de segurança pública, a Polícia Militar do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal a, quando realizarem as suas blitz, fazerem a parada obrigatória dos taxistas. Isso é consenso entre os taxistas. Eles, na realidade, em nenhum momento, vão reclamar disso, porque essa é uma ação de segurança para a vida deles.

Também quero aqui lembrar a todos que também fiz uma sugestão ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal para se criar o Conselho de Segurança do Transporte, em que se envolvam os representantes dos permissionários e locatários dos taxistas, os representantes do sindicato dos empregados, ou seja, dos motoristas e cobradores, e os representantes daqueles concessionários das empresas de ônibus, para que se possa montar um plano de segurança na área de transporte aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero parabenizar o nobre Deputado Rodrigo Delmasso.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje venho a esta tribuna para fazer uma defesa do programa Esporte à Meia-Noite. Todos sabem que faço, Deputado Chico Vigilante, essa defesa como se fosse uma bandeira à qualificação profissional do jovem, à ocupação da cabeça do jovem, para que ele não vá para as drogas, para que ele não vá para a marginalidade. Foi assim com o programa Jovem Candango, pelo qual conseguimos tirar 3.400 jovens das ruas, que hoje estão aprendendo uma profissão com a carteira de trabalho assinada.

A violência, nos últimos anos, assumiu uma proporção muito elevada perante a população brasileira, não apenas nas grandes cidades, mas em todo o País, decorrente de fatores como o aumento populacional desordenado, a falta de profissionalização e a ausência de programas sociais, fatores esses que implicam o desvio de conduta de jovens e adolescentes. É de extrema importância para a população jovem deste país a implantação de programas socioeducativos, por parte dos nossos governantes, para que esses jovens e adolescentes possam ser mantidos longe de crimes e pequenos delitos. Essas contravenções são, na grande maioria, executadas por menores e jovens de todas as classes, principalmente integrantes de classe mais baixas, menos favorecida e localizada nas periferias das grandes cidades e centros urbanos. Nesse sentido, parece ser efetiva a criação de projetos socioeducativos para a inclusão desses jovens na sociedade e para a construção de sua cidadania.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Hoje quero usar a tribuna para falar da importância do programa Esporte à Meia-Noite. Quem no Distrito Federal nunca ouviu falar do programa Esporte à Meia-Noite? Acho que ninguém. Isso se deve à importância que esse programa representa para os jovens do Distrito Federal. O programa foi criado em 1999, em conjunto com o programa Segurança Sem Tolerância, pela Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude e pela Secretaria de Educação. O art. 7º do decreto que criou o programa designa que os profissionais de educação e esporte sejam responsáveis pela execução e desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e educativas, no período noturno, ou seja, das 22 horas às 02 horas da manhã, horário em que foi constatado o maior índice de atos infracionais, objetivando assim afastar esses jovens da criminalidade juvenil e proporcionando a maior integração de jovens em suas famílias, com informações voltadas à construção de sua cidadania e à participação dos pais e responsáveis na atividade do projeto. Durante o processo de expansão do jovem junto ao Esporte à Meia-Noite, nos últimos quinze anos, Deputado Chico Vigilante, ele saiu de cinco núcleos, Deputado Joe Valle, em quatro cidades, para doze núcleos, em onze cidades, com a perspectiva de atingir quinze núcleos em 2015, em função de convênio realizado com o Ministério da Justiça. Ao longo desses quinze anos, o projeto recebeu nove premiações. Dentre elas, oito nacionais e uma internacional, em 2003, quando foi considerado o melhor programa de combate à violência infanto-juvenil pela UNESCO. A população aclama pela manutenção do programa e a sua expansão, nos próximos meses, para catorze cidades do Distrito Federal, visto que não podemos deixar à mercê da sociedade cerca de quinhentos jovens que hoje estão sob o controle do Estado, participando desse magnífico programa.

Peço, então, uma especial atenção à Liderança do Governo, em especial ao Governador Rodrigo Rollemberg, junto à Secretaria de Segurança Pública, que é responsável pelo programa, solicitando sua manutenção e expansão.

Era o que eu tinha a falar, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui abordado pelo Deputado Chico Vigilante e, em seguida, abordei a Assessoria do Plenário, pois estou sendo informado de que tramita na Casa uma solicitação de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer a V.Exa., que neste momento exerce a função de Presidente, que em momento nenhum fui abordado e convidado a assinar essa solicitação. Quero solicitar, se é um documento que está na mesa dos trabalhos desta Casa, que seja estendido a todos os Deputados, porque ele não pode ser um documento oculto. Eu, inclusive, procurei há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

pouco a assessoria, que me informou que esse documento não existe. Não era de conhecimento deles de que estaria com a assessoria da Presidenta.

Então, peço a V.Exa. que os documentos afetos aos Deputados sejam enviados a todos, para assinarem ou não. Este não pode ser um documento que apenas alguns Deputados são convidados a assinar. Desculpe, eu sou tão Deputado e fui tão eleito quanto os demais, então a CPI tem de ser uma proposta que eu decida se assino ou não, mas sequer fui apresentado a ela, não tenho conhecimento dela. Se há uma propositura que tramita na Casa, deve chegar a todos os Deputados, é o que solicito a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado, a assessoria comunica que o documento acabou de chegar, está nas mãos do Deputado Chico Vigilante.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, pela manhã, estive caminhando nas ruas de São Sebastião juntamente com o nosso vice-Governador Renato Santana e o Administrador de São Sebastião Jean Duarte. O próprio vice-Governador constatou as dificuldades por que passa nossa cidade. Muitas vezes, ele tinha de escolher em qual buraco queria cair: no da esquerda, no da direita ou no da frente. Isso demonstra o quanto São Sebastião está deteriorada, principalmente agora no período de chuvas. Há dificuldades nos bairros Vila Nova, Centro, Residencial Itaipu, Bela Vista, fora os bairros que nem asfalto têm. Isso tem incomodado e muito a nossa população. O mato está alto; as pistas, esburacadas, muitas vezes, elas se transformam em verdadeiros pesque e pague em pleno meio do asfalto. Então, peço a todas as autoridades que encarecidamente olhem para São Sebastião, que nos ajudem a organizar a nossa cidade. No mês de junho, ela faz 22 anos de existência. Espero que até lá os meios-fios, os novos asfaltos também cheguem a São Sebastião. O próprio vice-Governador constatou as dificuldades da nossa comunidade. Faltam muitas benfeitorias em São Sebastião. O crescimento desordenado da cidade também é outro problema que tem atrapalhado a qualidade de vida da população. Mais uma vez, peço que o Governador Rodrigo Rollemberg



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

olhe para São Sebastião com carinho. Que, desses recursos que estão para serem aprovados na Casa, se destinem, pelo menos, de 20 a 30 milhões para saneamento básico e infraestrutura em São Sebastião, porque a cidade clama por obras, clama por benfeitorias. E eu, como Deputado eleito com a maioria dos votos daquela cidade, sinto-me agora no dever de cobrar isso das autoridades.

Então, quem puder nos ajudar a levar qualquer investimento em obras para São Sebastião será muito bem-vindo. Nós temos a necessidade de melhorar a UPA – Unidade de Pronto Atendimento. A população tem reclamado demais do atendimento da UPA. Sem falar dos postos de saúde, da falta de medicamentos, da falta de médicos, que são problemas que também têm incomodado aquela população.

Está na hora, Srs. Deputados, autoridades em geral, de se olhar hoje para São Sebastião com outros olhos porque a saúde não espera. Os problemas relativos ao asfalto não podem mais durar por muito tempo, porque o que hoje é asfalto, daqui a um mês ou dois, já não será mais. O que seria uma operação tapa-buraco terá que ser um recapeamento de toda a pista, para não dizer a troca de todo o asfalto velho por um asfalto novo. São Sebastião merece isso, merece ter um asfalto de qualidade. Os motoristas precisam também trafegar por ruas devidamente urbanizadas e não deixar acontecer o que está acontecendo hoje, porque os ônibus, para transitar nas vias principais, têm que escolher em qual buraco caem para não causar acidentes, para não atropelar crianças e pedestres como tem ocorrido algumas vezes em São Sebastião.

Aqui fica o meu apelo para que as autoridades em geral possam olhar para São Sebastião com outros olhos, bem como para áreas totalmente abandonadas, como o Morro da Cruz, o Capão Comprido, o Zumbi dos Palmares, o Bela Vista, a Vila do Boa, o São Gabriel e o Residencial Itaipu, que são áreas que precisam da atenção das autoridades governamentais. Eu, como Deputado eleito por aquela região, não poderia deixar nesta tarde de levar esses problemas às autoridades.

Quero agradecer de público a ida do nosso vice-Governador Renato Santana nessa manhã a São Sebastião, porque ele pôde constatar com seus próprios olhos a real situação da nossa cidade. Queremos que esses problemas sejam resolvidos o mais urgente possível porque não faz sentido uma população de mais de 110 mil habitantes passar pelo descaso que está passando atualmente.

Por isso, Srs. Deputados, peço clemência a V.Exas. para nos ajudarem a organizar a nossa cidade, que está totalmente deteriorada. É a questão da saúde, a questão da educação, a questão da falta de creche da cidade... Só temos uma creche pública, que só acomoda trezentas crianças, quando a demanda ultrapassa mais de 8 mil crianças. Precisamos construir urgentemente uma creche em São Sebastião. Por isso estou aqui, neste momento, para pedir clemência. Não importa qual autoridade, qual Deputado possa trazer recurso para São Sebastião. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

importante é que leve e que ajude a solucionar os problemas da nossa cidade porque a cidade vai agradecer, e eu também ficarei muito grato por isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava ouvindo ontem um trecho do depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa – acho que é isso –, que era diretor da Petrobras. No depoimento, ele atribui o fato de a Petrobras ter tido um grande prejuízo ao congelamento de preços de combustível. Eu achei importante esse pronunciamento dele na CPI que está investigando a Lava Jato porque isso é exatamente o que a elite brasileira quer, é exatamente o que era feito no Governo Fernando Henrique, é exatamente o DNA do PSDB, que é a Petrobras seguir os preços internacionais do petróleo. Se ela tivesse seguido esses preços, quem teria pagado um preço altíssimo seria a sociedade brasileira, seria a dona de casa, seria o feirante, que muitas vezes leva os alimentos para serem vendidos na feira numa Kombi velha. Mas, quando aumenta o preço da gasolina, o preço daquele alimento que é levado aumenta, aumenta o preço do chuchu, do peixe, da carne, de tudo.

Portanto, fez muito bem o Presidente Lula, e fez melhor ainda a Presidenta Dilma, ao segurar os preços. Isso constitui exatamente a defesa da sociedade. Uma estatal serve para isso. Agiram muito bem quando sustentaram os preços porque foram esses preços controlados que fizeram que a inflação não disparasse! Todos nós sabemos que o imposto mais perverso que existe é exatamente a inflação, é ela que corrói o poder aquisitivo, é ela que sangra o bolso dos trabalhadores, da dona de casa, da classe média.

Então, isto que ele afirma ser um erro – ter-se segurado o preço da Petrobras, não se ter permitido os aumentos que eles, os acionistas minoritários, queriam –, quero afirmar aqui ser um dos maiores acertos. É assim que se age, é na defesa da sociedade que se deve agir. E o Lula e a Presidenta Dilma fizeram muito bem ao segurar esses preços, ao controlá-los, senão, Deputado Chico Leite, hoje a classe média, o trabalhador estariam pagando muito mais. A Petrobras teria ficado mais rica e a sociedade, muito mais pobre. Portanto, depoimentos como aquele são importantes para propiciar o debate e mostrar a importância estratégica de uma empresa estatal, bem como do Banco do Brasil, já que houve a determinação do Presidente Lula de financiar o PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – hoje 80% dos alimentos que chegam a nossa mesa vêm do Pronaf. Fizeram muito bem quando diminuíram os juros da Caixa Econômica para que o pobre e a classe média tivessem acesso à casa própria. Infelizmente, agora, a política do Levy está atrapalhando, vai ficar mais difícil comprar a casa própria. A verdade é que o tal ajuste econômico tem que ser feito, mas não nos moldes em que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

está sendo feito. Nós ganhamos com um programa, e de repente aqueles que perderam a eleição estão querendo impor o seu programa a quem ganhou a eleição. Desse modo, o depoimento desse Paulo Roberto Costa só veio a calhar. Para mim fica claro o quanto foi acertado o controle de preço feito pela Petrobras. Conclamo – faço um apelo mesmo a ela – a Presidenta Dilma a continuar agindo assim, porque é assim que se defende a sociedade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., os meus colegas e as minhas colegas Parlamentares. O que me traz a esta tribuna hoje são dois temas extremamente importantes para a nossa Casa. O primeiro deles diz respeito à visita de S.Exa. o Procurador-Geral de Justiça à Casa Legislativa. O Dr. Leonardo Roscoe Bessa esteve aqui com a Chefe de Gabinete para Assuntos Parlamentares, Dra. Fabiana, e o Assessor de Controle e Constitucionalidade, Dr. Antonio Suxberger. Foi recebido por todos nós e deu-nos uma boa notícia, porque, a par de relacionar o número e de elencar as inconstitucionalidades das leis, também elogiou o comportamento da Casa nos últimos anos, observando que esse número de declarações de inconstitucionalidade diminuiu bastante. Pouca gente divulga isso. Divulga-se a inconstitucionalidade, mas não se divulga que esta Casa, por exemplo, por um projeto de lei de um colega que não está mais entre nós, conseguiu impedir que se desse nome particular, nome de pessoa, a logradouros públicos, como outrora fizera um governador do Distrito Federal, dando ao parque o nome de seu filho. Que foi também desta Casa a contenção da ocupação desordenada de espaços públicos, especialmente no tangente a postos de gasolina, por exemplo, inclusive a igrejas, Deputado Rodrigo Delmasso, porque regulamentou a matéria, exigiu, dando publicidade e transparência, que houvesse audiência pública nas hipóteses de mudança de destinação, e regulamentou o procedimento da audiência pública. Nós, nos últimos quatro anos, evoluímos bastante até a construção, Deputado Joe Valle, da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que hoje quer ouvir todos os secretários e dirigentes de paraestatais. Foi uma visita extremamente importante para a história da Casa, porque, a par de nos oferecer as orientações sempre sábias, também nos ofereceu, evidentemente, a possibilidade de ir ao Ministério Público e indagar sobre nossas dúvidas, que não são poucas, e colocar na mesa a nossa boa-fé, para que acertemos mais, Deputado Wasny de Roure, daqui por diante.

Assim, eu quero saudar a Presidenta Deputada Celina Leão e quero saudar o ex-Presidente Deputado Wasny de Roure, na pessoa de quem eu homenageio todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

aqueles que se esforçaram efetivamente para que a Casa chegasse a este patamar. Só se critica. A crítica é importante para a gente aprender, corrigir. Mas é importante dizer em que podemos acertar.

Nesse exato momento – naquela ocasião –, nós também tomamos duas decisões importantes. Há muito tempo, eu lutava – o Deputado Robério Negreiros e o Deputado Joe Valle me ajudaram nessa empreitada – pela construção de enunciados, de súmula, nos moldes do que há nos tribunais, nos moldes do que há nas câmaras de coordenação e revisão do Ministério Público, em que se estabelecem atribuições, de maneira, Deputado Raimundo Ribeiro, que, se nós já sabemos inequivocamente que não podemos dispor sobre terra pública, que não podemos dispor sobre servidores do Poder Executivo, que não podemos tomar nenhuma daquelas atitudes que sejam próprias da administração, portanto próprias do Chefe do Poder Executivo, para que a movimentação da máquina, o gasto de recursos humanos, de recurso material? E o que é pior: o fato de guardarmos expectativas falsas à sociedade, a grupos de pessoas, e depois termos em troca o descrédito, o descrédito da Comissão de Constituição e Justiça, o descrédito da Câmara Legislativa, ao ponto de alguns dizerem que a Casa Legislativa não serve para nada. E de dar argumento aos mais variados governos, aos poderes executivos, aos mais variados, Deputado Joe Valle, de todos os partidos, para dizer que a Casa Legislativa atrapalha, Deputado Agaciel Maia, quando, não verdade, a Casa Legislativa corrige. Ainda ontem nós tivemos um projeto aprovado graças a um substitutivo, capitaneado por V.Exa., Deputado Agaciel Maia, e Deputado Wasny de Roure. Quer dizer, a Casa tem corrigido os erros do Poder Executivo.

Então, lá tomamos essa primeira decisão, a da formação de um grupo de trabalho para firmar os enunciados. Eu quero dizer que abro mão da autoria da resolução da criação dos enunciados para que todos os Parlamentares sejam autores, de maneira que o importante é o que vamos fazer pela Casa Legislativa, não precisa autoria. Fixarmos quais são as matérias sobre as quais nós não podemos dispor, aquelas inequívocas. Aquelas em que há debate, não. Aí vamos ao debate, porque podemos mudar a jurisprudência. Mas aquelas que são inequivocamente alheias a nossa atribuição, elas já seriam barradas por um juízo de admissibilidade prévio na Presidência por parte da Procuradoria, independentemente de quem fosse o autor. E aí diminuiríamos sensivelmente esse número de projetos inconstitucionais. Seríamos a primeira Casa a adotar esse procedimento no Brasil. Seríamos, com certeza, como fomos no sorteio dos projetos nas comissões, certamente, pioneiros e exemplo para o Brasil todo. É um legado que podemos deixar à Casa Legislativa.

Quando nós iniciamos a ideia do projeto de resolução de distribuição por sorteio dos projetos, eu me lembro de que eram inúmeras as críticas. Hoje, quase todas as comissões da Casa procedem assim. Quase todas elas procedem assim, o que é uma diferença no Brasil inteiro, prestigiando o juiz natural.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Também decidimos ali fazer um segundo seminário, Sr. Presidente Deputado Ricardo Vale, um segundo seminário sobre controle de constitucionalidade. Nós fizemos um primeiro em 2008, com a presença, naquela ocasião, já do Dr. Suxberger, de um representante da Comissão de Constituição e Justiça da Ordem dos Advogados, um representante da Comissão de Constituição e Justiça da Procuradoria do DF, enfim, um representante da nossa Consultoria Legislativa, que tem excelentes figuras técnicas, e pudemos fazer um seminário e corrigir uma série de rumos. Vamos fazer de novo. A Deputada Sandra Faraj comandará esse processo e a Deputada Celina Leão dará todo o apoio da Casa. De maneira que essas duas decisões foram importantíssimas. Primeiro quanto aos enunciados, o grupo de trabalho capitaneado pela própria Presidente Deputada Celina Leão, depois um segundo seminário capitaneado pela Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj. Fundamental isso. A Casa Legislativa se relacionando com os organismos da sociedade, fazendo o debate para crescer, para construir, para corrigir as suas relações. Esse é o primeiro assunto que me traz, Deputado Ricardo Vale, colegas. Eu peço, inclusive, um pouco de paciência, porque o segundo é também importante.

Nessa mesma reunião, a Deputada Celina Leão deu uma notícia importantíssima. A Deputada Celina Leão não está presente, mas quero aqui deixar as minhas homenagens e fazer os meus agradecimentos a S.Exa. e a todos os membros da Mesa Diretora. A Deputada Celina Leão deu a notícia hoje, na reunião com o Procurador Geral de Justiça, que a Mesa, por ato administrativo, *sponte propria*, tomou a decisão de fazer a divulgação de todos os gastos da Casa legislativa na internet. Todos. Uma passagem aérea – todos –, um gasto com combustível em veículos institucionais – todos os gastos. Os menores. Dos menores aos maiores. Isso é muito importante.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa., que chega agora, talvez não saiba a luta que tivemos desde 2003. Eu lembro que nós tínhamos colegas Deputados aqui, quando eu propus aquela primeira resolução, que até zombavam dessa luta por transparência. Houve alguém que disse em determinado momento que eu teria que ganhar o governo para saber como o governo gastava. Pasmem! A que ponto tinha chegado o patrimonialismo! Porque não há República sem transparência. Em 2008 eu propus o Projeto de Resolução nº 58 (*sic*), que em seu artigo 1º dizia o seguinte, Deputado Joe Valle: “Fica estabelecida a obrigatoriedade de divulgação mensal e atualizada na página da Câmara Legislativa na internet de dados, informações e demonstrativos da Administração Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial da Câmara Legislativa do Distrito Federal contidos no Sistema de Execução Orçamentária Integrada da Administração Contábil do DF – SEAC/DF, Millenium, bem como de todos os subsistemas de programa de pesquisa referentes a estes dados e informações”. Nosso padrão é a sociedade. O que se gasta aqui é o recurso público. Nós temos que prestar contas. Quem não quer prestar contas deixa a vida pública. Quem escolhe a vida pública tem que prestar conta de seus atos. Em 2008, propus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

formalmente, já tentava compor desde 2004. Eu vejo aqui o consultor Willemann, que também acompanhava aquilo desde o início. Nunca conseguimos aprovar. Propusemos com a nova Legislatura e com o mesmo teor o Projeto de Resolução nº 01, de 2015, que dispunha "sobre a divulgação da execução orçamentária da Câmara Legislativa na internet e dá outras providências". Agora, e quero agradecer a todos os membros da Mesa, a Presidenta dá a notícia na nossa reunião com o Procurador Geral de Justiça de que a Mesa Diretora reunida, ainda esses dias, decidiu fazer por ato administrativo a obrigatoriedade da divulgação desses dados. Todos. Essa é uma vitória da sociedade. É uma vitória de todos os colegas. É uma vitória de um novo Brasil em que, nos moldes do que disse Semler, rico já tem medo de ir para a cadeia; em que se trata já proporcionalmente os criminosos pelos danos que causaram, para que um ladrão de veículo não tenha uma pena de dois a oito anos e um grileiro de terra tenha uma pena de apenas seis meses a dois anos. O grileiro que fere até, Deputado Joe Valle, gerações futuras. Isso é fundamental para a constituição do novo Brasil, dos nossos filhos. Fundamental. Se nós pudermos deixar esse legado, já terá sido muito para as próximas gerações. Pois bem, a Presidenta disse que, por ato administrativo, assim o fará.

Quero deixar os meus agradecimentos à Mesa, na pessoa da Presidenta Deputada Celina Leão, e dizer que a instituição cresce com isso aos olhos das outras instituições, das instituições persecutórias, Tribunal de Contas, Ministério Público, mas cresce fundamentalmente aos olhos da sociedade.

Eu me lembro de outro ato muito parecido com esse em que a Presidência à época não teve o mesmo comportamento. Não teve o mesmo comportamento, em que eu propunha a divulgação da verba indenizatória, o que já faço desde 2005. No nosso *site*, *site* do nosso mandato, a gente já divulga o gasto com a verba indenizatória desde 2005, porque é recurso público. Naquela ocasião, prestes à aprovação, a Mesa Diretora – a Presidência de então, especialmente – fixou dados e simplesmente arquivou o projeto, ferindo violentamente o processo legislativo. Depois a mídia, que tem sido importante no sentido de controlar, pressionar, enfim, fiscalizar condutas, a sociedade através de seus organismos, e os colegas Parlamentares com os debates aqui feitos.

O Deputado Joe Valle, naquela ocasião, foi o único a dissentir, a colocar sua posição pública, eu me lembro disso. Nós conseguimos, graças a toda essa luta – o Deputado Chico Vigilante era o Líder do nosso partido naquela ocasião –, mesmo por ato administrativo da Mesa, que tivéssemos a possibilidade de a sociedade nos fiscalizar. Nós precisamos fazer um pacto aqui: o que é público tem que ser publicizado. Não há República, não há Estado de Direito, Deputado Rafael Prudente, sem transparência. Não há. Nós precisamos fazer, aqui entre nós, um grande entendimento: assim o faremos, não importa o autor. Também digo à Deputada Celina Leão e à Mesa que eu abro mão da autoria da resolução da divulgação na internet dos gastos da Casa Legislativa, assim como aproveito este momento,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, Líder da Maioria, para pedir que o governo o faça também.

Parece-me que o Governador Rodrigo Rollemberg, que é o governador da geração Brasília, por isso eu tenho tanta consideração por S.Exa., passou toda a campanha dizendo que faria isso. Está na hora de o Governador fazer isso, se for preciso em praça pública, divulgando por um grande telão tudo que gastou, tudo.

Quero fazer outra referência, permita-me, Deputado Agaciel Maia, ao Deputado Rodrigo Delmasso. Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, nós aprovamos um projeto de altíssima relevância, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso. S.Exa. propõe – Deputado Robério Negreiros, Deputada Sandra Faraj e eu, que fui o Relator – que os pagamentos do governo sigam uma ordem cronológica, para evitar o jeitinho, para evitar os amigos do rei, para evitar a existência daqueles para quem se entrega a amizade, em vez da lei da República.

Então, eu quero deixar registrado que todos os projetos que sigam essa linha, como por exemplo a divulgação das licitações na internet, que é outro projeto que nós estamos aguardando ser aprovado, que todos esses, tudo que diz respeito a recurso público precisa estar escancarado para que a sociedade possa ver. Nós todos, agentes públicos, escolhemos essa vida porque quisemos, podíamos estar fazendo outra coisa. Se escolhemos a vida pública, temos que prestar conta e ser transparentes.

Sr. Presidente, quero agradecer imensamente a V.Exa. e dizer que essa é uma vitória de todos os colegas e da sociedade. Encerro o meu discurso e ficarei aqui ouvindo. Agradeço imensamente, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Encerrado o pronunciamento do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Leite, como cearense numa escola política brilhante, lembra o Senador Cid Saboia, que, além de ser senador, é um grande tribuno, inclusive professor de Direito. Enquanto os outros professores tinham dificuldade de encher sua sala de aula, muitos alunos faltavam, na dele o pessoal ficava assistindo até pela janela do lado de fora.

Deputado Chico Leite, eu quero destacar a importância de V.Exa., não só nesse brilhante discurso de hoje, mas em toda sua trajetória aqui nesta Câmara, por tantos projetos que depois se diluem com o tempo. Esta Casa é a única que não tem qualquer votação secreta, e eu sei que V.Exa. fez essa luta toda. Quando a grande mídia discutia todos esses problemas, V.Exa. já tinha feito isso há dez anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então, essa participação, essa discussão, a experiência com o grupo de Parlamentares novos que chegaram, cada um agregando conhecimento, cada um conhecendo o segmento, um extrato social diferenciado, está dando a esta Casa – junto com essa política, com a Deputada Celina Leão, hoje com a presença do Sr. Procurador-Geral aqui, os compromissos de transparência – uma tranquilidade muito grande. O que parece incomodar, na realidade, é uma coisa boa. Quando você se esconde atrás de alguma coisa, você se esconde agora, mas depois é descoberto e terá dor de cabeça. A transparência faz bem constantemente.

Eu quero destacar esse papel brilhante de V.Exa. dentro da área jurídica. Nós nos consideramos, falo principalmente em meu nome, um aluno. V.Exa. é um Deputado brilhante. Eu não digo isso só aqui, mas aonde eu chego. Eu acho que o Congresso Nacional carece de alguém em nível nacional que tenha o conhecimento de V.Exa. sobre as políticas públicas.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabeno o Deputado Chico Leite pelo pronunciamento, assim como parabeno S.Exa. pelos trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça. Parabeno também o Deputado Rodrigo Delmasso por essa proposição, por esse projeto de lei que é tão importante para o setor produtivo, para aquelas pessoas e empresas que prestam serviços ao GDF. Hoje temos em torno de quinhentas empresas que têm recursos não recebidos do ano passado. O nobre Deputado Rodrigo Delmasso está colocando em projeto de lei uma recomendação que já é do Tribunal de Contas, mas o Governo do Distrito Federal não respeita.

Então, parabeno mais uma vez o Deputado Rodrigo Delmasso pela proposição, porque o governo hoje vem pagando as empresas, mas se esquecendo do passado. Diz o governo que a despesa e o que ficou para trás não é dele. É do Estado. Então, sugiro que o Governador Agnelo Queiroz volte a governar Brasília para pagar os empresários e, depois, entregue o governo de volta para o Governador Rodrigo Rollemberg. Fica aqui essa sugestão e o apelo dos empresários do Distrito Federal para receber quantias do passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Chico Leite o relatório que fez desse projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Chico Leite, o relatório de V.Exa., na verdade, é uma verdadeira aula de Direito Constitucional. Sempre digo e quero deixar registrado nos anais da Casa que, quando V.Exa. voltar a dar aula, quero ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

seu aluno. O espírito público dessa lei – agradeço ao Deputado Rafael Prudente e a V.Exa. pela deferência ao projeto de lei – é nada mais, nada menos, do que defender a coisa pública. Temos visto no Brasil atos de corrupção, de favorecimentos a amigos do rei, e a minha geração, a nossa geração, já não aguenta mais isso.

Esta Casa Legislativa, na minha avaliação, tem por obrigação dizer à sociedade que temos, sim, de combater qualquer ato de corrupção ou de favorecimento ilícito. Precisamos, sim, obedecer à Carta Magna da República e utilizar princípios republicanos na gestão da coisa pública.

Deputado Chico Leite, mais uma vez, quero parabenizá-lo. Nesta Casa V.Exa. tem sido, para mim, pelo menos, referência principalmente quando se trata da questão da coisa pública, da gestão da coisa pública, de posicionamentos que eu já venho acompanhando desde muito tempo, quando eu não era Deputado, era apenas um militante partidário, um militante aí fora nas ruas. Hoje, pela graça de Deus e pelo povo do Distrito Federal, estou aqui e me sinto lisonjeado de ter V.Exa. como Parlamentar e um dos mentores também de algumas ações que temos nesta Casa.

Quero dizer que o Congresso Nacional perde muito em não ter Parlamentares como V.Exa. naquela Casa, mas creio que, em breve, aquela Casa terá um Parlamentar do seu quilate. V.Exa. poderá representar o Distrito Federal, a Capital da República no Congresso Nacional e vai elevar o nível dos debates naquela Casa de Leis.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar)

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer uma referência importante. Quando eu entrei na Câmara Legislativa e participei da Comissão de Constituição e Justiça, a comissão era presidida pelo Deputado Chico Leite e nele vejo a importância do bom exemplo na política. Hoje eu presido uma comissão e também fazemos a prática do sorteio. Várias das comissões estão funcionando assim.

Então, Deputado Chico Leite, parabéns pela sua postura, pelo seu trabalho e pela referência que tem dado àqueles que entram na Casa e veem na sua postura, na condução dos seus trabalhos uma referência para que possamos continuar e ter o acerto que precisamos ter na Casa pública, no processo de transparência e no cuidado com o que é público. Eu gostaria de parabenizá-lo e dizer que nós precisamos que a Casa toda aja dessa forma, sem exceção. É com exemplos que vamos chegando lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Também parablenizo a Deputada Celina Leão. Estamos em um momento de radicalizar na transparência. Essa é a lógica. O governo precisa entrar nessa lógica, a Câmara Legislativa está entrando nessa lógica. Quero lembrar a Lei de Responsabilidade Ativa, que teve o veto derrubado na semana passada. Ao fazer isso, a Casa mostra que está justamente nesse caminho.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde, meus pares, todos os presentes. Apesar do avançado da hora, eu não poderia deixar de vir aqui e falar sobre um problema que é emergente e está acontecendo na Fercal. Sra. Presidenta, eu preciso mais uma vez da sua ajuda. A Fercal está passando por uma situação de dificuldade, pois a água que chega lá, que é da Caesb, é uma água salobra. Não é uma água doce, mas estão cobrando contas homéricas, contas altíssimas daquele povo. Há gente lá que está devendo setecentos, mil, até 2 mil reais de conta de água sem ter gastado a água, porque parece que há vazamento na rede. É uma rede antiga. E pasmem, pois o que está acontecendo agora, Sra. Presidente – e todos os que estão aqui presentes –, é que estão cortando a água, mesmo que salobra, daquele povo.

Eu queria pedir ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, um Deputado atuante, o Deputado Chico Vigilante, que chame uma audiência ou chame o Presidente da Caesb para vir a esta Câmara Legislativa para que nós tomemos conhecimento do porquê o preço da água da Caesb é o mesmo preço da água que se cobra quando a água é doce nas outras localidades. Isso é um absurdo, Deputado Agaciel Maia. A água lá é salobre. Isso é constatado, pois a própria Caesb diz que a água é misturada e ela não tem como levar água doce, como leva a outras localidades, mas cobra o mesmo preço. E pasmem ainda: cobra o mesmo preço vírgula, cobra ainda mais do que já é cobrado, porque além de a água ser salobre, as encanações são antigas e há muito vazamento antes mesmo de acontecer a cobrança pelo hidrômetro. Eu sei o seguinte: está um pandemônio danado lá na Fercal. Estão cortando a água, as pessoas estão ficando sem água na localidade. Mesmo salobre, ainda tinha água. Agora, nem água tem, por falta de pagamento de conta. As pessoas se sentem injustiçadas – e são injustiçadas –, porque não recebem uma água condizente com a necessidade do povo. Isso é um absurdo, como já dizia Boris Casoy. Nós não podemos aceitar que isso continue. Nós não podemos aceitar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

que a Caesb continue cobrando pela água lá na Fercal, o preço que está cobrando e a quantidade que vem cobrando.

Eu solicito aos meus pares aqui que nos apoiem, porque é um povo sofrido. É um povo que não tem uma infraestrutura condizente. É um povo que não tem um transporte, uma segurança condizente. E agora pasme, Deputado Joe Valle, nem água tem. O que falta? Colégio? V.Exa. é um defensor da escola. Os colégios estão todos paralisados lá. Paralisados por quê? Porque estão tirando os alunos das escolas e levando-os para outras localidades. Você imagina: estão tirando o pessoal que tem que estudar na Fercal, para estudar no Sonhém de Baixo ou na Cava de Baixo, a quase 30 km, dentro da área rural, porque lá não há vaga. Acabaram com a escola do Queima Lençol e até hoje não construíram outra. Nós precisamos tomar uma providência. A Fercal não é vilarejo. A Fercal é uma RA, é a RA XXXI. Nós não podemos deixar esse povo à míngua do jeito que está. Um dos implementos básicos para a vida é a água, e vai a Caesb e corta a água desse povo, que já não tem uma água doce. A água lá é salobre. Eles estão pagando contas homéricas. É um absurdo. Eu acho que nós temos que fazer um projeto. Quero que minha assessoria veja para que façamos um projeto social aqui. Que a Caesb reduza o preço da água para as pessoas que têm outros benefícios, porque a água é cara também. Quem pode mais paga mais; quem pode menos paga menos. Não é o social? Não é socializar? Na Fercal, não estão socializando, não. Na Fercal, estão enfiando a faca naquele povo sofrido.

Eu venho conclamar aqui os meus pares, porque eu sempre me apego às músicas. Nós estamos como na música do Raul Seixas: “com a boca aberta, escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar”. Nós estamos vendo o povo morrer. Em 2018, qual de nós vai ter cara para pedir voto se nós estamos deixando a pobreza morrer à míngua? Chegou o momento de nós tomarmos uma providência e vamos começar por esta Casa. Peço à minha assessoria que faça um documento convocando o Presidente da Caesb para vir à CDC – Comissão de Defesa do Consumidor. Peço ao Deputado Chico Vigilante que me dê a permissão – parece que eu sou vice-Presidente e ele não está aqui –, que possamos fazer a convocação do Presidente da Caesb para vir aqui e nos explicar a situação da água na Fercal. É inadmissível o que está acontecendo na Fercal. Nós Parlamentares, independentemente de coloração partidária, não podemos aceitar essa situação. Lá há comunidade, lá há um povo que necessita de toda a infraestrutura, e água faz parte da vida. O nosso amigo Deputado Joe Valle, um defensor da natureza, sabe que sem água não tem vida. Como é que vamos ter vida na Fercal se não tem água? Então, nós estamos condenando o povo da Fercal à morte ao cortarmos a água? Eu peço aos meus pares: vamos nos unir em torno deste propósito, que é a água da Fercal. Aquele povo merece uma água doce. Não podemos continuar dando àquele povo o resto, porque água salobre é resto. Aquele povo não é resto, aquele povo é um povo digno, trabalhador, honesto, que merece toda infraestrutura que existe no Lago Sul, no Lago Norte, onde as pessoas que têm um poder aquisitivo melhor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

residem. As pessoas que moram na Fercal são pessoas dignas, são pessoas que merecem.

Então, eu peço aos senhores: juntemo-nos para cobrarmos da Caesb. Eu tenho uma força; nós 24 Deputados temos uma força muito maior. O povo da Fercal merece essa união do Parlamento, essa união dos Deputados para ajudá-lo na questão que hoje aflige aquela comunidade, que é a questão da água. A água é essencial para a vida. Sem água, não há vida. A Caesb, então, ao cortar a água daquele povo, mesmo sendo salobra, está condenando-os à morte. E nós, como Parlamentares, temos a responsabilidade de não deixar o povo morrer à míngua.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir aqui falar sobre esse povo sofrido, que continua sofrendo muito mais, que é o povo da Fercal, que agora encontra-se sem água pelo fato de a Caesb estar cortando-a.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a Sra. Presidente da Casa, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pedi autorização aos colegas para falar rapidamente, porque hoje estamos recebendo a visita do Presidente do Tribunal de Contas. Os Deputados que puderem subir para falar com o Presidente do Tribunal de Contas...

Eu não poderia deixar de registrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que hoje foi lida aqui a CPI de minha autoria para investigar a questão da licitação dos transportes públicos no Distrito Federal. É extremamente importante verificarmos se há alguma irregularidade. Por quê? Nós gastávamos, Deputado Joe Valle – V.Exa. que é muito ligado à questão da fiscalização e da transparência –, de subsídio com o transporte público, mais ou menos 120 milhões de reais por ano. Após a nova licitação, nós estamos gastando 40 milhões por mês, Deputado Joe Valle. Ora, se desde a época da licitação dos transportes públicos, eu dizia que havia, sim, alguma irregularidade no processo de licitação que beneficiava os empresários, essa materialidade foi vista já na prática com o aumento dos gastos públicos. Não há Estado no mundo que agente bancar um transporte público que realmente está ceifado de erros como o que se percebe aqui no Distrito Federal. Eu queria dizer para vocês que, em Curitiba, após uma CPI ter sido aberta na Câmara de Vereadores de Curitiba – eu estou com o resultado prático dessa CPI e posso mandar para o gabinete de todos os Deputados que solicitarem –, a tarifa do transporte público foi reduzida em 40 centavos, Deputado Dr. Michel. Foi feito um acordo com os empresários e com o Governo do Estado, com a Prefeitura Municipal. Conseguiu-se chegar a um acordo de que havia, sim, um lucro abusivo por parte dos empresários. Chegaram a um ajuste. Essa história de que CPI só serve para acabar em pizza ou para perseguir as pessoas... Com certeza, esse não é o nosso objetivo. O nosso objetivo, de verdade, é reduzir o custo do transporte público hoje, que é altíssimo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Então, quero agradecer a todos os Deputados que assinaram a CPI e que, com certeza, vão participar com muito afinco para descobrirmos e tentarmos chegar à raiz do problema.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão, eu gostaria que V.Exa. me ouvisse: eu fiz uma questão de ordem na tarde de hoje porque, como todos sabem, eu sou Deputado e, em momento nenhum, fui abordado, a não ser há pouco, porque eu procurei. Fui à Mesa, pedi a cópia ou a proposta de CPI, pois não tinha o menor conhecimento. Depois que o Deputado Chico Vigilante teve acesso, eu pude ter acesso e assinar. Creio que eu poderia não assinar ou poderia assinar. Então, quando uma proposta tramita na Casa, que tem 24 Parlamentares, todos nós temos que ser convidados. E, aí, cabe ao Deputado definir se aceita ou não aceita assinar. Essa é a primeira abordagem.

A segunda abordagem é a seguinte: a proposta apresentada por V.Exa. menciona um conjunto de documentos. Eu gostaria de ter acesso a esses documentos, porque toda CPI tem que estar consubstanciada em fatos objetivos. Então, eu e minha equipe gostaríamos de examinar. Mas, a par disso, eu assinei a proposta que V.Exa. e os outros colegas apresentaram – parece-me, junto com o Deputado Raimundo Ribeiro. Eu só fiz questão de fazer essa abordagem porque creio que nenhum Deputado pode ser excluído deliberadamente; a exclusão tem que ser feita pelo Deputado, se ele entende pelo “sim” ou pelo “não”.

Eram essas as considerações que eu queria fazer.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, eu gostaria de fazer um esclarecimento a V.Exa. Primeiro, ontem nós falamos com todos os Deputados e com os Líderes que estavam aqui. E eu, no final da sessão, abordei o Deputado Chico Vigilante, que é o Líder do PT, que, em determinado momento, é tido como Líder e deve ser tido como Líder numa questão como essa. Inclusive, falei com o Sandro para que o Deputado Chico Vigilante analisasse e discutisse com o PT. E, por respeito ao PT, que ainda não sabia se ia assinar ou não, a CPI não foi publicada no Diário e eu não li ela ontem. Então, deixei correr o tempo natural para que se lesse a CPI, para que se tivesse acesso aos dados. Se o Deputado Chico Vigilante não comunicou a V.Exa. ou aos membros do partido de V.Exas., não cabe a mim fazer julgamento dessa comunicação interna.

Então, todos os Deputados foram comunicados. V.Exa., inclusive, por meio da Liderança do partido de V.Exa. Foi perguntado: “O PT vai assinar?” Foi isso que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

foi colocado ontem. E, até por respeito, nós não publicamos e demos o prazo necessário para o PT também assinar: "Podem esperar até amanhã para vocês decidirem". Porque, se eu quisesse fazer isso, Deputado Wasny de Roure, eu teria lido ontem e publicado no Diário Oficial hoje. Então, essa não foi a intenção.

Eu queria também dizer que toda documentação vai ser encaminhada ao gabinete de V.Exa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa noite, Sr. Presidente, demais Parlamentares, pessoas que aqui estão. O motivo da minha vinda à tribuna neste momento é fazer um registro com muito pesar. Primeiro, eu quero saudar o nosso eterno Presidente do Clube dos Pioneiros, Roosevelt Beltrão, que abrilhanta aqui o nosso plenário, que está aqui conosco e que é irmão do Benoni Dias Beltrão, que nos deixou na semana passada. O Benoni, para aqueles que talvez não conheçam boa parte da história do Distrito Federal, foi o primeiro funcionário efetivo do Banco do Brasil em 1957; foi o primeiro Presidente do PSDB de Sobradinho; foi suplente do Senador Pompeu de Souza – aliás, na época em que se lutava pela autonomia política e pela criação desta Casa, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; e foi também o Presidente do Sobradinho quando o Sobradinho teve uma dimensão nacional.

Então, é com muito pesar que registramos essa perda de Brasília. Brasília perde com essa passagem do nosso companheiro, do nosso amigo Benoni Dias Beltrão. Por sinal, hoje é a missa de 7º dia, às 19h, na Igreja Bom Jesus dos Imigrantes, na Quadra 4 de Sobradinho. O Roosevelt estava apenas aguardando o nosso pronunciamento para se dirigir até lá.

Eu quero aproveitar o tempo e também registrar, com muita satisfação, mais uma demonstração de independência do Poder Judiciário, apesar de se tentar atingi-lo na sua cúpula. Eu quero saudar aqui a Dra. Daniele Maranhão Costa, Juíza da 5ª Vara Federal. Ela deu uma liminar em que se determina que 60 milhões de reais da Eletronorte, ou seja, do contribuinte, sejam utilizados para reformar a Usina Termoelétrica do Rio Madeira, na Bolívia. Eu estou falando de dinheiro brasileiro, mas era para ser usado na Bolívia. Parece que estamos realmente vivendo em um País nababesco. Parece que o Brasil é riquíssimo. Tanto que o governo brasileiro, se não fosse a atuação independente do Judiciário, iria sangrar os cofres públicos em mais 60 milhões de reais. Acho que não cabem maiores comentários. É tão absurda essa situação, principalmente em um momento em que a todo momento se levantam essas questões da Petrobras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Ontem – e aí fazendo a citação do Deputado Chico Vigilante, quando S.Exa. falou do depoimento do Paulo Roberto Costa – eu também assisti a esse depoimento, e ele ousou, do alto da sua autoridade de hora ladrão, ora delator, ora colaborador, mas conhecedor do assunto, dizer que os grandes problemas da Petrobras se devem ao represamento do preço. Quer dizer, o subsídio que foi dado.

Olhem, sem embargo do respeito que podemos emprestar à opinião do Paulo Roberto Costa, hoje colaborador da Justiça, ontem ladrão, anteontem delator, na verdade, esse diagnóstico que ele faz é muito parcial. O grande problema da Petrobras foi a roubalheira que foi institucionalizada, colocando-se o Paulo Roberto Costa no Governo Lula e a continuidade dele no Governo Dilma. Mas o que nos preocupa não é só isso. Não é desviar o foco. O que nos preocupa também são dois fatos que estão à mostra. O primeiro, lamentavelmente, e isso temos conversado com vários outros Parlamentares, é saber que ocorreu uma eleição há dois, três meses e a Presidente eleita está sitiada no Palácio do Planalto. Ela não pode sair, sob pena de ser vaiada. Ela não pode falar em um programa eleitoral, porque o Brasil institucionalizou o panelaço, ou seja, é uma forma pacífica de protesto. É lamentável que bastaram três meses para essa chuva de denúncias que acontece. E mais do que denúncias, há fatos que se tornaram notórios. Isso é muito triste. Esse é o primeiro fato que nos preocupa. O segundo é vermos um veículo de comunicação – e aí nos preocupa demais – como a Revista Época estampar na sua capa que um ex-Presidente da República é o operador da maior roubalheira, da maior transferência de dinheiro brasileiro para o exterior, em conluio com uma empreiteira chamada Odebrecht. E eles sinalizam, eles colocam: “O ex-Presidente viajou para tal país e, quatro meses depois, sai um dinheiro para a Odebrecht.” Há uma sequência, um *modus operandi*.

Então, são dois fatos que nos preocupam sobremaneira. Primeiro porque esse dinheiro é nosso! E existe um fato concreto: o dinheiro sumiu. Quanto a descobrir quem é o ladrão, isso cabe aos órgãos de investigação. Mas que o fato é concreto, é. O dinheiro sumiu. Roubaram. E é preciso que realmente haja uma agilidade maior. Não nos preocupa, até porque sob o ponto de vista jurídico, o Supremo Tribunal Federal, por intermédio de uma de suas turmas, mandou soltar os empreiteiros, sendo que alguns, inclusive, já haviam confessado que participaram dessa roubalheira toda. Preocupa-nos a mensagem que o Supremo passa, de que, quando é um empreiteiro, os Ministros se reúnem e decidem, juridicamente, soltá-los. Quantas pessoas, Deputado Ricardo Vale, estão nos nossos presídios, pela lentidão do Poder Judiciário, já tendo, inclusive, cumprido pena? Essa lentidão não acontece para soltar os empreiteiros que ajudaram, em conluio com governos, a roubar este país. E roubo de grandes proporções! Não estamos falando mais em milhões, mas em bilhões! É muito grave, mesmo. Acho que temos, sim, que levantar essas questões, até porque foi um grupo de advogados voltando à decisão liminar, portanto, precária. A decisão da juíza da 5ª Vara Federal não permitiu que o Governo Federal transferisse para a Bolívia 60 milhões de reais. Parece uma mixaria diante da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

roubalheira de bilhões, mas, pessoal, é muito importante a gente destacar que foi um grupo de advogados – não foi a instituição OAB, não –, que procurou a Justiça e encontrou a independência e a isenção no Judiciário, que não permitiram que neste momento acontecesse mais essa transferência de recursos do povo brasileiro para outro país.

Eu gostaria de deixar isso registrado e de, mais uma vez, agradecer a presença ao nosso eterno Presidente do Clube dos Pioneiros, Roosevelt Beltrão, que está aqui, e a tolerância ao Presidente, que me permitiu falar além do tempo.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro parabenizo o Deputado Raimundo Ribeiro por ter mencionado aqui o falecimento do nosso amigo Benoni Beltrão, uma pessoa que eu conhecia há muito tempo e também a sua família. Ele tinha um enorme prestígio na comunidade de Sobradinho. Por tudo que ele fez, pela sua história, eu me solidarizo com a família do Benoni. Hoje, inclusive, sou Presidente do Sobradinho Esporte Clube, que ele dirigiu por muitos anos, e posso afirmar aqui que era uma pessoa por quem eu tinha um carinho muito grande. É uma grande perda para a nossa cidade, para o Distrito Federal, por tudo que ele representou, principalmente para Sobradinho. Lamento muito não ter estado no Distrito Federal quando aconteceu o seu falecimento, mas fica aqui a minha solidariedade e o meu reconhecimento por tudo que o Benoni representou para todos nós, principalmente para os mais jovens de Sobradinho, que acompanharam toda a sua trajetória política e sua história. À sua família, a minha solidariedade, o meu reconhecimento. E, mais uma vez, parabenizo o Deputado Raimundo Ribeiro por ter lembrado tudo que o Benoni representou para todos nós.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, com relação ao pronunciamento do Deputado que me antecedeu a respeito da Petrobras, eu gostaria de dizer o seguinte: os mesmos que estão acusando, gente do PMDB, do PT, prestaram depoimento dizendo que o Presidente do PSDB Nacional, Sr. Sérgio Guerra, recebeu 10 milhões para barrar uma CPI. Isso é uma vergonha! Ele recebeu 10 milhões para barrar uma CPI. Isso foi dito lá, por essas pessoas, mas a imprensa não dá o mesmo destaque. Esses caras da Petrobras são todos funcionários de carreira. Alguns já exerciam cargos de direção no tempo do Fernando Henrique Cardoso e já disseram que os malfeitos começaram naquela época.

Com relação à Presidenta Dilma, ela nunca viajou tanto como tem viajado atualmente, inaugurando obras, entregando casas populares e sendo muito bem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

recebida pelo povo brasileiro. A questão de panelaço é o que ela disse ontem e hoje: é democrático. E eu acrescento: os ricos também têm direito de bater panela, porque é a elite brasileira que está batendo panela. A classe média, aqueles menos favorecidos, não está batendo panela, não, até porque eles não têm panela para estragar, não. Outro dia, um importante jornal mostrou que são painéis importados. Painéis importados. É aquele povo que está muito zangado porque os aeroportos estão cheios de gente que não usa perfume francês – eles não se misturam com o cheiro do povo. É aquele povo que está perturbado porque há muito carro na rua, pois todo mundo deu conta de comprar um carrinho. Antes havia 3 milhões de alunos nas universidades, e hoje há 7 milhões e meio. Quem criou o Prouni, quem ampliou para valer o Fies foram o Lula e a Dilma. Acho muito interessante agora a imprensa cobrando que quer mais vaga. Eu acho que tem que haver mais vaga, mesmo! Está correto. Quem colocou isso fomos nós. Portanto, nós estamos absolutamente tranquilos, mas o que está metendo medo na elite é a volta do Lula em 2018. Esse barulho todo é o medo do Lula, que vai voltar em 2018.

Com relação à CPI dos transportes, eu li – é bom que fique claro –, fiz aquilo que devia ser feito, que foi chamar o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Chico Leite e o Deputado Wasny de Roure para dizer: há um pedido de CPI. Pedi as cópias. O Marcelinho não tem culpa de nada. Nós pegamos as cópias. Cada um leu. Foi disponibilizado aqui. Isso é importante que seja pontuado. E, mesmo não havendo fato determinado, nós decidimos assinar. Assinamos em conjunto, eu e o Deputado Ricardo Vale. Só falta o Deputado Chico Leite, que deve voltar para assinar, mas considere-se assinado por S.Exa., até porque os fatos que estão colocados aí já foram amplamente debatidos no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, mas, para que não pare nenhuma dúvida e para não imaginarem que queremos acobertar alguma coisa, estamos assinando.

Vou torcer e pedir a Deus que caia o preço da tarifa aqui – será um milagre. Vou gostar muito, até porque há outra situação, que é a situação do metrô. A bilhetagem do metrô hoje não cobre nem um terço da despesa. Mal está cobrindo o salário. E também é transporte público. Portanto, é importante nós colocarmos essas coisas e deixarmos isso absolutamente claro. Está aí a nossa assinatura. Se quiserem proceder à leitura, podem proceder. Vamos indicar quem do nosso partido vai participar. Eu já indico: será o Deputado Ricardo Vale. Eu, como Líder, já estou designando: será S.Exa., que é o mais novo aqui, cheio de fôlego e tudo, muito bom para fazer investigação. Eu fico na retaguarda, concentrando todo o nosso auxílio. Estamos em conjunto com o Deputado Agaciel Maia, até porque nós temos uma parceria antiga aqui. Temos respeito um pelo outro. Também o bloco de S.Exa. vai assinar, e S.Exa. vai indicar. Espero até que seja S.Exa. mesmo que venha participar. O PMDB já assinou, não é, Deputado Rafael Prudente? Vai indicar gente também. Enfim, se quiserem instalar depois de amanhã, cumpridos os ritos legais, podem instalar. Estamos dispostos e com vontade efetivamente de aprofundar esse debate a respeito do transporte público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Portanto, o PT decidiu assinar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Comunico que não havia nenhuma dúvida em relação ao caso do PT. Na verdade, foi um assunto levantado pelo Deputado Wasny de Roure, que não tinha conhecimento, mas nenhum de nós aqui tinha dúvida em relação ao PT.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que a Deputada Telma Rufino, que faz parte do bloco do qual sou Líder, que está ausente por motivo justificado, já comunicou que também assina. Provavelmente, se for lido e publicado hoje, pode constar que falta a assinatura dela, mas S.Exa. já declarou, já me ligou para dizer que assina também a CPI do transporte. Portanto, eu quero fazer esse comunicado e quero que fique registrado nesse sentido, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok, Deputado Agaciel Maia.

Também quero comunicar que, do nosso Bloco Amor por Brasília, os cinco Deputados assinaram logo quando a Presidente, Deputada Celina Leão, passou por aqui com o requerimento: o Deputado Rodrigo Delmasso, o Deputado Bispo Renato Andrade, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Lira, e este Deputado que vos fala, Deputado Julio Cesar.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

Antes, porém, eu gostaria de parabenizar o próprio Deputado Wasny de Roure, e o Deputado Ricardo Vale, pois ontem realizamos uma audiência pública sobre os boleiros, que foi muito proveitosa. Registro meus agradecimentos e parabenizo V.Exa. por essa grande audiência.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer uma rápida recapitulação de três momentos que tivemos ontem e hoje.

Em primeiro lugar, eu quero falar sobre a audiência pública dos boleiros, que foi presidida pelo nobre colega Deputado Ricardo Vale, subscrito por V.Exa. e por nós. Quero aqui destacar a postura da Sra. Secretária, tanto da Secretária Leila Barros, que não pôde ficar para a audiência, mas esteve aqui se desculpando em função de um convite de última hora do Governador, como a Sra. Ricarda Lima, que é Secretária Adjunta e esteve presente todo o tempo. A audiência terminou às 10h30min da noite. Foi bastante participativa. Quero cumprimentar o Deputado Ricardo Vale, que teve uma desenvoltura extraordinária, além da Mesa bastante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

diversificada. O mais importante foi que a Secretaria de Estado de Esporte assumiu o projeto dos boleiros um projeto de interesse do futebol amador. E mais ainda, Deputado Lira, assumiu a perspectiva de incluir outras modalidades amadoras de esporte para ampliar esse projeto, que hoje está restrito ao futebol amador. Portanto, um projeto extremamente alvissareiro, vitorioso. Iniciou-se no governo anterior e é um exitoso programa de envolvimento da comunidade, principalmente porque ele arca com o custo da arbitragem. Ele não entra nos outros tipos de dispêndio, algo muito mais fácil de identificar no controle.

A segunda colocação que eu quero trazer aqui, o nosso Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Professor Reginaldo Veras é quem deveria reportá-la aos colegas, porque eu cheguei um pouco atrasado à reunião de hoje da Comissão: a vinda dos professores e servidores da Escola de Música de Brasília a nossa Casa. Quero, inclusive, destacar a atuação da Deputada Luzia de Paula nessa temática, já com várias iniciativas extremamente positivas.

Primeiro, nós temos um conflito de gestão dentro da Escola de Música, mas existe outro problema, que é a relação da Secretaria de Educação com a própria Escola de Música de Brasília. Em terceiro lugar, nós temos um problema crônico, que é a necessidade da reforma, da recuperação da estrutura física de uma escola de mais de quarenta anos que nunca foi submetida a qualquer procedimento de recuperação. É importante destacar, Deputado Chico Leite, que a Escola de Música ocupa um espaço de menos de 20% da própria área. O Deputado Rafael Prudente participou de toda a audiência, presidida pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, dando a sua contribuição, bem como o Deputado Prof. Israel, a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Juarezão. Eu creio que nós faremos uma visita, tanto à Escola de Música, como ao Secretário de Educação. Há uma queixa inexplicável. O que não pode ser comprometido nesse processo é o curso de verão. É um exitoso programa que tem de continuar no governo que for. É um programa que faz que a Escola de Música de Brasília seja uma referência no País. Mas o que temos de perseguir é que ela seja transformada em uma faculdade, em uma escola de nível superior, ampliando esse leque de escolas de nível superior do Governo do Distrito Federal, para consolidar o projeto da universidade pública do Distrito Federal.

Por último, Sr. Presidente, eu quero falar da audiência que realizamos hoje, em Taguatinga, no auditório da administração. Foi bastante concorrida, teve a presença tanto do Administrador de Taguatinga quanto da Administradora de Águas Claras, de representantes da Terracap, da Secretaria de Habitação, da CEB e da Agefis, e das lideranças do movimento da associação dos feirantes da região do Areal. Há uma luta antiga de aproximadamente quatrocentos feirantes que trabalham nessa região extremamente inóspita, difícil. Protocolamos um projeto sobre isso na legislatura anterior. É uma matéria de iniciativa do Poder Executivo, reconhecemos isso, mas queremos fazer com esse projeto um processo de mobilização e de debate. Quero registrar o grande anseio da QS 5 do Areal, lote 24,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

de que seja consolidado esse projeto de feira lá onde os feirantes já estão trabalhando em situação bastante precária. Portanto, deixo o nosso apelo. O Governo do Distrito Federal já se comprometeu a dar um retorno o mais breve possível, e a CEB, a emitir um laudo em função de haver uma rede de alta tensão. A rede já está desativada, mas a estrutura permanece.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas quero dizer a V.Exa. que estamos aqui esperando o requerimento da CPI – o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Wasny de Roure. Estamos aguardando para subscrevê-lo, para fazer essa apuração efetiva – é missão da Casa Legislativa. Eu queria pedir a V.Exa. que pedisse aos autores, àqueles que estão na assessoria, para trazerem o requerimento, porque estamos aqui prontos para subscrevê-lo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Chico Leite, peguei informações agora com a Assessoria de Plenário, e já está sendo providenciada não só a cópia, mas o requerimento para que V.Exa. possa subscrever a criação da CPI.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também não poderia deixar de vir à tribuna falar sobre a audiência pública que foi realizada ontem à noite aqui na Câmara, sobre o Programa Boleiros. Foi um projeto implementado durante o Governo Agnelo que beneficiou o futebol amador do Distrito Federal, que envolve milhares de pessoas, entre atletas, dirigentes e árbitros. Pelo Programa Boleiros, o Estado ajuda esses eventos desportivos, esses campeonatos, com os subsídios para pagar a arbitragem das competições, que é o mais caro para um time de futebol, para a organização de uma competição. Na oportunidade da audiência, estiveram presentes várias entidades representativas de várias modalidades – voleibol, futebol, *handball*, o pessoal paraolímpico. Houve a participação da Secretaria de Esportes, com a Ricarda, que representou a Secretária Leila. O evento foi extremamente positivo. Por que a gente quer tornar esse programa uma lei? Porque, quando muda o governo, o programa acaba, como vem acontecendo agora: o Governo do Distrito Federal simplesmente parou um projeto que já estava consolidado. Várias competições nas cidades do Distrito Federal estão paradas. A gente sabe da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

importância que tem o futebol amador no Distrito Federal na socialização e na inclusão social. É fundamental, portanto, que esse programa volte e que o Governo do Distrito Federal e a secretaria deem a ele uma atenção especial, porque são milhares de jovens que acabam saindo das ruas e se afastando das drogas para praticar esporte. Então, a ideia do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Julio Cesar e minha é pegar esse programa e transformá-lo em lei para que, a partir de então, mesmo havendo as mudanças que sempre há do ponto de vista das conjunturas políticas, do governo, de deputados, o programa continue, para que nunca mais aconteça o que está acontecendo agora: ser interrompido um projeto de tanta importância para a nossa sociedade.

Quero também lamentar, profundamente, mais um caso de racismo envolvendo uma jornalista do Distrito Federal. Falta uma semana para o dia 13 de maio, data que simboliza a Abolição da Escravatura no Brasil. Cento e vinte e sete anos nos separam da assinatura da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão em nosso País a partir daquele dia, um domingo, em 1888. Se o gesto da Princesa Isabel pôs fim à escravidão, não teve o poder de fazer o mesmo com o preconceito contra os negros, uma prática absurda, perversa e desumana que se repete até os dias de hoje. É uma luta diária, cotidiana, para que este crime também seja extinto. O crime de racismo no Brasil ocorre de diversas formas, veladas ou explícitas. E os criminosos agora se valem de uma nova ferramenta: as redes sociais, espaço virtual onde destilam seu ódio contra os negros. Foi o que aconteceu com a brasiliense Cristiane Damacena, que, ao trocar sua foto de perfil numa rede social, foi criminosamente atacada por conta de sua condição racial. Utilizando perfis falsos, os criminosos têm a falsa sensação de impunidade. Acreditam que não podem ser alcançados pelos braços da lei. Quanta ignorância! Os recursos tecnológicos permitem à polícia rastrear qualquer computador e chegar aos autores do crime. A jornalista Cristiane Damacena registrou queixa, e a Polícia Civil do Distrito Federal está apurando o caso. Não vou repetir aqui as ofensas que ela sofreu por meio da internet, porque não vou dar publicidade aos que pautam sua vida pela intolerância. Não vou falar das qualidades ou defeitos da Cristiane Damacena, primeiro, porque não a conheço e, segundo, porque não interessa o perfil da vítima. Trata-se apenas de um ser humano que foi covardemente ofendido e humilhado por pessoas que não têm a coragem de mostrar a cara. Que durmam em berço esplêndido enquanto podem, porque tenho a certeza de que a polícia e o Ministério Público se encarregarão de mostrar à sociedade a cara dos criminosos que se escondem na internet.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis não será omissa diante deste fato. Como presidente da comissão, determinei a elaboração de documento oficial endereçado ao Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para que a Justiça acate a denúncia e dê prosseguimento às investigações da Polícia Civil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Para encerrar, Sr. Presidente, trago para reflexão uma frase de Nelson Mandela: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar".

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale, pelo brilhante discurso.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta tarde dois Deputados fizeram menção a racismo: o Deputado Prof. Israel e o Deputado Ricardo Vale. Eu também combato esse tipo de coisa porque não tem a ver com o perfil da pessoa, mas é o ser humano. Quero fazer das palavras dos dois as minhas palavras e dizer que também combato esse tipo de coisa, não concordo. Condeno também o uso de *fakes* para atingir outras pessoas nas redes sociais.

É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares ainda presentes no plenário, eu não poderia deixar de registrar nos anais desta Casa uma reflexão sobre a situação conjuntural que estamos vivendo em nosso país. Governos fracos são, de fato, os que não conseguem exercer a liderança, enfrentando questionamentos públicos no intuito de convencer a sociedade do que precisa ser feito. Conversas difíceis nem sempre são mal recebidas pela população. O autoengano tem um limite, o autointeresse, e principalmente no instinto da sobrevivência do coletivo. É interessante o exemplo de negação da verdade pelos ingleses, que preferiram não enxergar o perigo do nazismo durante a segunda metade dos anos 1930. O estadista Churchill permaneceu por alguns anos como voz solitária, alertando para o erro da Inglaterra àquela época de continuar cedendo os espaços para o expansionismo alemão que foi colocado por Adolf Hitler. Mas chegou um momento em que se tornou impossível negar o perigo iminente da invasão da Inglaterra pelos alemães. Se isso tivesse ocorrido, teria sido uma carnificina de consequências trágicas para o povo britânico. Nesse momento, porém, os ingleses ouviram seu líder, e ninguém



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

mais na Inglaterra ousou fugir ao peso do sacrifício que a defesa contra a ameaça nazista poderia representar. Churchill, no seu célebre discurso, prometeu sangue, suor e lágrimas, mas o povo ficou ao seu lado para que desse o seu viés.

No Brasil a ameaça iminente é outra e, por natureza, muito menos grave e dramática. Trata-se de anos e anos de gastos públicos malfeitos, excessivos, desvios e descontroles. Algo precisa ser feito, Srs. e Sras. Deputados. Gastos públicos malfeitos são grandes fontes de estagnação da economia brasileira, injustiças sociais e corrupção. Os gastos públicos são altos e crescentes, são marcados também pela ineficiência e pelo desperdício. Maior eficiência na gestão pública exigirá uma ampla revisão das más interferências do Estado brasileiro.

Alguns exemplos ilustram o grave estado de desperdício que nós estamos vivendo na atual conjuntura política brasileira. Um exemplo: pelo menos 855 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul foram construídos com trilhos de baixa qualidade que reduzirão a quantidade da carga transportada pela via e ameaçam a segurança deste transporte. A constatação foi feita pelo Ministério do Transporte, responsável pela obra. Para não chamarem de moles os trilhos de aço importados da China, os técnicos que vistoriaram as obras afirmaram no documento que o material tem baixa dureza. A falta de qualidade foi identificada mesmo sem a inauguração da via. Até aqui, passaram pelos trilhos já assentados apenas trens transportando carregamentos da própria obra. Os técnicos encontraram aço com vários defeitos, há partes se despedaçando e manchas que indicam que os trilhos podem trincar.

Outro exemplo é a energia eólica no Brasil, que tem a capacidade de geração de 3,4 gigawatts, distribuída em 140 parques ou usinas. Nos 48 deles, mesmo prontos, não podem operar por falta de conexão entre a usina e a rede elétrica, apesar de terem a capacidade de alimentar 3 milhões de casas. As usinas paradas, localizadas nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, deixam de gerar 1,2 gigawatts, pouco mais de 1/3 da capacidade total, no momento de escassez de eletricidade e no momento em que o Governo Federal estabelece bandeiras de consumo, Deputado Rafael Prudente, onerando ainda mais o consumidor e a população que duramente paga seus impostos.

Eu quero aqui também citar o fracasso da tentativa de lançamento do satélite brasileiro, chamado CBERS-3, pelo foguete chinês que, infelizmente – foram gastos bilhões de reais na construção desse satélite –, em poucos minutos, Deputado Ricardo Vale, aquilo que foi construído com dinheiro público foi destruído por falta de planejamento.

Obviamente, isso aqui é um contexto nacional. Mas se formos trazer para o Distrito Federal, vamos ver que o desperdício do dinheiro público tem gerado, e é um dos seus principais motivos, a crise econômica que estamos vivendo na Capital da República.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Eu quero aqui fazer uma reflexão, Deputado Bispo Renato Andrade, que, ontem, fez um brilhante discurso sobre a independência deste Poder. Eu quero aqui dizer que temos, sim, responsabilidade e que o povo do Distrito Federal quer que venhamos a fiscalizar o Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos, para que sejam bem aplicados, Deputado Lira, para que não haja desperdícios, para que as licitações não sejam direcionadas, para que os contratos venham ser de forma republicana e não somente, como disse o Deputado Chico Leite, para atender os amigos do rei.

A transparência, o controle e a fiscalização devem ser para este Parlamento um dos principais pontos da atuação parlamentar. E aqui eu quero citar que o Distrito Federal é uma das unidades da Federação que mais arrecada *per capita* no País. Nosso orçamento é bilionário, e como estamos vivendo numa crise econômica, estabelecida na Capital da República? A Capital da República tem um colchão de amortecimento, que são os servidores públicos, aqueles que conseguiram, que conquistaram o espaço no serviço público por concurso, e nós ainda estamos vivendo esta crise. Aí eu me faço uma pergunta: até quando nós vamos discutir a crise em vez de apresentarmos soluções para ela?

E eu quero encerrar o meu discurso utilizando a frase que utilizei no início: governos fracos são aqueles que não conseguem discutir e não conseguem apresentar soluções aos problemas apresentados pela sociedade. Um espirro, um grito, um levantar de mão de qualquer órgão que seja não pode mudar os rumos de uma determinação que possa levar o Estado a sair de uma crise. Muitas vezes temos visto gestores públicos que sentam na cadeira, que têm a caneta, com medo daquilo que a, b ou c vão, muitas vezes, interpretar. Para ser gestor é preciso ter coragem; precisa ter coragem para fazer, precisa ter coragem para enfrentar. Enquanto aqueles que sentam na cadeira têm medo, milhares de pessoas morrem na porta dos hospitais, crianças ficam sem escola, a violência aumenta a cada dia, os servidores públicos ficam desassistidos, as ruas cheias de buracos, a cidade desassistida, lixos amontoando nas esquinas, nas portas das casas, pessoas sem esperança de entrar no mercado de trabalho porque não existe uma política definida de qualidade, principalmente de requalificação profissional. Ou seja, um governante que não tenha coragem leva o Estado à decadência.

Eu acredito que esta Casa, Deputado Rafael Prudente, tem responsabilidade em não só discutir a crise, mas temos que apresentar uma solução. Temos aqui Parlamentares – a equipe técnica desta Casa é uma das melhores do País –, Parlamentares que são do setor produtivo. Sabemos quais são os caminhos. Precisamos é ter coragem para apresentar, para discutir, mesmo que talvez o outro lado da praça não nos escute, mas a sociedade do Distrito Federal vai saber que esta 7ª Legislatura não foge ao debate.

Quero fazer referência, para finalizar, a uma parte do Hino Nacional. Nós temos que vestir esta camisa para enfrentarmos a crise e apresentarmos a solução.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 05 2015	16h50	37ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Todos os Parlamentares aqui precisam dizer para todos e para a sociedade do Distrito Federal o seguinte: Brasília, verás que um filho teu não foge à luta.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência retifica a leitura de expediente ocorrida hoje, informando que o Requerimento nº 557, de 2015, que “requer informações ao Sr. Presidente da Terracap sobre processos de regularização de área rural”, é de autoria da Deputada Liliane Roriz.

Informo ainda que a comissão geral marcada para amanhã foi transferida e teremos sessão ordinária normalmente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h13min.)